

OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Preços da assignatura	Anno 24 n.ºs	Semest. 12 n.ºs	Trim. 9 n.ºs	N.º a entrega	21.º Anno — XXI Volume — N.º 712	Redacção — Atelier de gravura — Administração <i>Lisboa, L. da Paço Novo, entrada pela T. do Convento de Jesus, 4</i> OFFICINA DE IMPRESSÃO — RUA NOVA DO LOUREIRO, 25 & 26
Portugal (franco de porte, m. forte)	33800	16900	8950	3120	10 DE OUTUBRO DE 1898	Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos á administração da Empresa do Occidente, com o que não serão attendidos. — Editor responsável: Castano Alberto da Silva.
Possessões ultramarinas (idem)....	46000	23000	—	—		
Extrang. (união geral dos correios)	56000	28000	—	—		

5.º CONGRESSO INTERNACIONAL DA IMPRENSA, EM LISBOA



WILHELM SINGER — PRESIDENTE DO CONGRESSO



CONSELHEIRO ANTONIO ENNES — PRESIDENTE DO «COMITÉ» PORTUGUEZ



DR. MAGALHÃES LIMA — DIRECTOR DO «BOLETIM»



CHRONICA OCCIDENTAL

Bem nos quiz parecer que a tal carta do sr. Conselheiro Antonio Ennes, annunciada e logo apreendida por alguns jornaes como verdadeiro primor litterario, não seria, ao mesmo tempo, uma obra prima de logico.

Honradamente andou o sr. Ennes, a cujo talento e character ha muito prestamos homenagem, vindo defender certas disposições do decreto, as quaes, elle o diz, se originaram na sua collaboração. A palavra o afirma, S. Ex.^a não trabalhou só. E, por isso, enredado na defeza do que é talvez dos outros, vem a cair em desastrosas contradicções.

Exemplifiquemos com trechos de S. Ex.^a, que não ter-mos que sublinhar.

Logo no principio da carta:

«Por ultimo os illustres escriptores, saindo, como aliás é do seu direito, do terreno exacto dos seus proprios interesses, observam, e com razão, que...»

Mais adiante:

«A primeira das reclamações não é absolutamente infundada.»

E adiante ainda:

«A segunda reclamação é mais concreta e tem mais apparencia de attendivel.»

Pois o que S. Ex.^a conclue no fim da carta é o seguinte:

«Aqui tem V. Ex.^a o que eu penso das reclamações dos auctores dramaticos. Penso que são absolutamente infundadas.»

Não pôz S. Ex.^a no fim d'este pequenino periodo o ponto de exclamação, a que todos, tanto nós como S. Ex.^a, tinhamos incontestavel direito.

Se apenas fossem pequenos lapsos, seria mesquinhez vir por elles accusar um escriptor glorioso. Mas não; são symptomas. O sr. Ennes não defende simplesmente uma obra sua; quer com seu voto clementissimamente cobrir muita semrazão, que na reforma, a qual nunca será bem executada, como desde já infelizmente podemos provar-a, alguém introduziu. Serão d'elle os artigos contra que reclamavam treze auctores de peças representadas no theatro de D. Maria II, mas paragraphos havia talvez, posteriormente obliterados, que, explicando os artigos, calariam receios. Dahi a conclusão do sr. Antonio Ennes, emmaninhado, em tão visível contradicção com as premissas. Visível escrevemos, porque logo os olhos dão por ella. Não ha que raciocinar.

Diz S. Ex.^a na carta ao sr. ministro do Reino que «não ha maneira de definir com rigor mathematico os predicados que deve reunir uma composição litteraria para ser considerada moral ou bella.»

Tem razão.

Diz mais que «desde que tenha de fazer-se escolha no repertorio proposto alguém ha de fazel-a e esse alguém poderá errar e poderá abusar por mais preceitos que se estabeleçam para o exercicio do seu arbitrio.»

Perdão.

Quixavam-se frequentemente os escriptores dramaticos de que estivesse a escolha do repertorio para o theatro de D. Maria II dependente do arbitrio da trez actores, João Rosa, Augusto Rosa e Brazão, aliás dos mais distinctos incontestavelmente. O ponto de vista dos actores é facilmente pessoal e um papel de effeitos brilhantes, pôde existir na peor das obras dramaticas. Poderiamos encher agora uma columna de considerações a tal respeito, mas tudo é tão conhecido, que o sr. Antonio Ennes decerto nos dispensará d'essa extendida de logares communs.

Era preciso remediar-se o mal? Triplicou-se. A razão inversa é a que deve n'estes casos applicar-se. Temos agora um só actor em vez de trez!

Mas ha mais e muito peor. E' o gerente da nova sociedade o encarregado da escolha do repertorio; mas são tantas e taes as attribuições d'esse cargo, que é provavel, senão certo, que os electores não irão attender em primeiro lugar ás aptidões litterarias do escolhido.

Ha um recurso, é verdade, o commissario do governo. Mas porque foi negado aos auctores dramaticos o influir por meio de voto na nomeação d'esse fiscal? Alguns jornaes trouxeram sobre o assumpto uma noticia como certa. Talvez que esse simples direito contentasse alguns auctores, á falta de um comité de leitura ajuizadamente organizado.

Lembra S. Ex.^a ao sr. José Luciano de Castro que talvez os auctores dramaticos pudessem apresentar algum alvitre que as contentasse. Já n'essa parte o sr. ministro do reino desattendeu o sr. Antonio Ennes. Um secco *indeferido* tornou inutil qualquer nova tentativa dos auctores, por enquanto.

Reclamavam tambem contra o limite fixado para a despesa de montagem de qualquer peça. Diz o sr. Ennes que com um conto de réis se pode pagar muita lona pintada e muito veludinho. Decerto. No Daltot.

Se Almeida Garrett houvesse tido a desventura de viver n'estes maus tempos e entregasse o *Fr. Luis de Sousa*, ao gerente do theatro, que, como vimos, poderá não ter as qualidades indispensaveis a um critico litterario, pois que o decreto as não exige, dar-se-hia talvez o nefandissimo caso da repelição da peça deante d'um simples orçamento bem feito. O commissario do governo curvar-se-hia, abria de leve os braços n'um gesto de impotencia, e Garrett levaria o manuscrito para casa, sem outro recurso para ver mentada a peça alem d'umas economias ganhas... a covar.

Limitem-se as despesas; é justissimo. Ponham-se fóra do theatro peças cujo attractivo consista apenas no grande espectáculo; serão sinceros os nossos applausos. Mas limitar as despesas a um conto de réis (e a receita bruta de dois espectaculos nem sequer é tanto) é simplesmente, absolutamente ridiculo.

Ha tempos, grande numero de auctores dramaticos, criticos e jornalistas, reclamaram contra certas clausulas do programma do ultimo concurso, as quaes se referiam tambem a peças de grande espectáculo. O accordo a que chegaram com os societarios da empresa fixou para as despesas de montagem uma quantia muito superior á determinada agora.

O sr. conselheiro Antonio Ennes ou está muito esquecido ou foi mal, e talvez mal intencionadamente, informado sobre esse assumpto.

Diz S. Ex.^a que não ha contradicção entre o art.^o 40 e os preceitos dos art.^{os} 44 e 45. Um marca a epoca em que uma peça deve ter a sua primeira representação, os outros asseguram aos auctores a permanencia das peças em scena, até que se dêem determinadas diminuições de receita. A contradicção está effectivamente salva por um quanto possivel algo assustador.

Com respeito a reclamação que os auctores dramaticos fizeram contra a nova tabella de direitos, começa o illustre escriptor por lembrar ao Sr. Ministro do Reino que as letras são inimigas dos algarismos e que quasi sempre o talento desdenha o calculo. S. Ex.^a deseja provar-nos que é uma excepção á regra e enche de numeros uma longa columna do *Diario do Governo*.

Desculpe-nos o Sr. Antonio Ennes, mas não foi de certo para convencer os auctores dramaticos de que melhoraram de situação que S. Ex.^a dispendeu prodigamente, esbanjadoramente, tanta sciencia arithmetica. Qualquer d'elles, muito provavelmente, completou o terceiro anno do lyceu e será capaz de reduzir tantos calculos a uma simples formula algebrica occupando uma so linha, não mais.

Do que elles se queixam é tão só d'uma simples quantidade, que entra na formula com um signal negativo e que se chama despesa geral.

Porque a não delinea o decreto?

Foi com certeza na melhor boa fé que o Sr. Antonio Ennes a calculou por excessiva em cincoenta mil réis, quando as peças não sejam de grande espectáculo. Deus o ouvisse! Mas se por conveniencias, aliás possiveis e até determinadas pelas disposições do art.^o 4 do decreto, o scenario, a mobilia, o guarda roupa, os adereços forem alugados e pagos ás noites? Se ás noites forem pagos os artistas contractados, como ás noites será paga a divida de quatro contos de réis que o governo empresta á sociedade? Que disposições do decreto obrigam o gerente a não introduzir essas verbas na conta das despesas seraes ou porque ha de o commissario deixar de approval-as? Nem o decreto se refere a assumpto de tanta importancia, nem o Sr. Antonio Ennes nos responde á pergunta. Pois poupára uma columna de numeros e a nós uma duvida.

Desde que da administração economica depende principalmente a receita do auctor, deverá elle ser consultado, discutir preços, reclamar economias oppôr-se a certas despesas?... Se as letras são inimigas dos algarismos?... Se o talento desdenha o calculo?

Observaram os auctores dramaticos na sua reclamação que fora tardia a promulgação do decreto, o qual apparecera na quadra do anno em que os artistas de valor já se achavam quasi todos ligados por outros compromissos. Pediam por

isso que o theatro não fosse por enquanto concedido e que o governo o puzesse em hasta publica por um anno apenas, aproveitando-se então esse prazo para mais maduramente ser estudada a questão theatral.

Nada mais justo.

O proprio sr. Ennes confessa que o decretamento da nova organização «não foi o mais opportuno, porque encontrou artistas já escripturados para a epocha theatral proxima e portanto inhibidos de fazerem parte da sociedade a organizar.»

Mas acha S. Ex.^a que tambem este inconveniente encontrou remedio nas disposições fundametaes do novo regimen.

E explica: «Segundo taes disposições, o quadro d'essa sociedade não deve ser preenchido desde já, devendo ficar n'elle quatro vagas, e essas serão sufficientes para as admissões futuras dos artistas que actualmente não podem ou não querem ser admittidos e cuja presença no theatro de D. Maria é, se não indispensavel, util.»

Já aqui uma injustiça flagrante indigna os menos perspicazes. Pois offerecem-se quatorze logares a outros tantos actores ou actrizes desempregados, dos quos nem todos merecem o nome de artistas, e são sufficientes quatro vagas para tantos já ligados por outros compromissos e entre os quos alguns haverá de primeira ordem? Mas de quem é a culpa se o decreto appareceu com um anno de atraso?... Do governo, e só d'elle.

Mas ha mais e muito peor.

O art.^o 6 do decreto de 8 de agosto é positivo.

«A sociedade do theatro de D. Maria II sera composta normalmente de dezesseis artistas dramaticos portuguezes de ambos os sexos; todavia constituir-se-ha unicamente com quatorze para que o seu quadro não fique logo a principio fechado, e o governo poderá excepcionalmente elevar o numero dos associados até dezoito, se assim for necessario, para que tenham ingresso na sociedade artistas de merecimento relevante, e se o permitirem as receitas de exploração do theatro.»

Pois contra o expresso no decreto, sem o menor respeito pela opinião do sr. Antonio Ennes, tão ingratamente desconsiderado, as vagas ficaram, mas todas na terceira classe. O primeiro a calcar o decreto aos pés foi o proprio governo. E quer o sr. Ennes que a reforma seja bem executada!

Se um dia artistas de altissimo valor como Brazão, Augusto Rosa ou Rosa Damasceno, com nomes prestigiosos como o da Valla, cheios de talento como Angela Pinto ou de certissimo futuro como Palmyra Bastos, e quantos mais! quizerem entrar para a sociedade do theatro de D. Maria II, lá tem quatro vagas na terceira classe, onde os seus nomes poderião figurar ao lado d'outros, que nem sequer significam uma esperanza, porque o são de dois quinquagenarios!

O sr. Ennes com certeza não acha isto sufficiente.

Alguns artistas que hoje fazem parte da sociedade tinham escripturas n'outros theatros, ou, pelo menos, estavam comprometidos de palavra com outras empresas. O governo aceitou-lhes os requerimentos. Diz-se que serão licenciados. Mas como sabiam elles que o haviam de ser? Será tudo isto uma comedia cujo desfecho já era conhecido ha muito? O art.^o 35.^o do decreto, referindo-se aos motivos porque os socios poderião ser excluidos da sociedade, prohibe-lhes o encorporarem-se em qualquer companhia dramatica que não seja a do theatro de D. Maria II, sem consentimento do gerente da sociedade e do commissario do governo. Quem é o gerente já eleito, o commissario já nomeado, que lhes concederá essa licença? Estava então tudo previsto?... Quer dizer tudo combinado!

Pôde o sr. Conselheiro Antonio Ennes ter a certeza de que nenhum dos signatarios do protesto obedeceu a suggestões de qualquer ordem. Um ideal de justiça os reunio. Desconfiados estavam. Todos elles. Treze homens não se deixam assim suggestionar, todos, n'um mesmo sentido. Mais facil, muito mais, é deixar-se suggestionar um só. Diz S. Ex.^a que o não prendem já ao theatro nem interesses nem paixões. E' n'esse estado d'alma — pôde lê-lo S. Ex.^a em todos os livros que tratam de molestias nervosas — que as suggestões são mais facis.

A carta do illustre homem de letras termina com o seguinte periodo: «Seja essa reforma bem executada como é mister, que logo se culará a opposição que suscitou.»

Não se esqueceu o sr. Ennes do sublinhar aquellas duas palavras para que não passassem despercebidas aos olhos de ninguém no ministério.

rio do reino. Não lhe farão entretanto a vontade. Souberam dar razão a um dissidente contra a enorme maioria dos auctores dramaticos, mas no resto, onde lhes não fez conta, desprezaram completamente, como já provámos, ingratamente, ofensivamente, a opinião a que quizeram ir buscar uma defesa, um arrimo.

A misericórdia tem limites, e o sr. Antonio Ennes não levará com certeza essa virtude até vir defender em publico os primeiros actos do governo na execução do seu proprio decreto.

E o desrespeito que houve por elle custa-nos tanto mais, quanto é certo que o illustre dramaturgo, uma das glórias do theatro portuguez, mais uma vez nos veio provar com a sua carta o talento e a boa fé, a que todos prestamos incondicional e justissima homenagem.

João da Camara.

P. S. — Não era em meio d'um necrologio feito não sei bem a quê, se á arte dramatica portugueza, se á justiça, se já a certos artigos do decreto de 8 de agosto assassinados pelo proprio governo paiz, não era em meio de phrases graves copiadas de artigos e paragrafos da folha official, não era entre enjoativos aromas de cera queimada, agua phenica e póis insecticidas, que nos era possível falar de arte viva, d'um poema de luz cantando o genio da musica, d'essa obra prima d'um genio portentoso que é gloria nossa, d'essa jarra Beethoven que é o mais bello capitulo de toda a obra de Raphael Bordallo.

Exposta, desde ha dias, no foyer do theatro D. Amelia, não se fariam os olhos de admirar, percorrendo-a por todos os phantasticos e caprichosos oratos, desde os volutos cõr de madreperola da base até á figura esbelta da Fama, que veio posar á borda da jarra entre grandes folhas de plantas aquaticas. Tanto pôde ali estar coroando o busto do maestro genial como toda a obra do artista portuguez.

Vive-se ali por momentos na região dos sonhos bons.

E se o bem da vida é o sonho, um abraço a Raphael que nos deixou sonhar.

J. C.

A POLONIA *

... In natione polonice, qui, malgre qu'elle ait été ses parents à etate, resté son dans sa totalité.

Sim, tu vives ainda, embora dividida,
O Polonia, infeliz, e de algemas aos pés;
Mas, se na rotação tens concentrado a vida,
Ao corpo o coração dará força outra vez.

Quando contra o oppressor não valem as espadas,
E o direito emudece ao retroar do obuz,
A liberdade e a fé, por elle desterradas,
Vão-se á alma esconder, e prestam-lhe mais luz.

Essa luz é que faz um dia revoltar-te,
E as hostes do tyranno arrostar sem pavor;
Essa luz é que veio a queda alumiando-te,
E attrahiu sobre ti dos mais povos o amor.

E essa luz vencerá; que á discordia de outr'ora,
Que o abyssmo le cavou da negra perdigão,
No infortunio, crisol, onde o ser se melhorou,
Succedeu fraternal, sympathica união.

Com ella vereis, polacos: as ideias,
Quando justas, co'o tempo alcançam triumphar.
Porém de três nações? Bem fracas as armas
São, o formam barreira mudas contra o mar.

Mas o pólo, a miséria, o carcere, o desterro?
Ha de a affronta, a violência inda mais vos unir;
Os grilhões que arrastais fundem-se, são de ferro;
Da patria o santo amor bade o pólo fundir.

* Na rotação dos congressistas estrangeiros da imprensa, agora reunidos em Lisboa, não especificaram alguns jornaes os da Polonia, pois ali os incluíam como pertencentes a um dos países por que aquella desluzida razão se injuncta e violentamente repartida. A este lamentavel facto allude o sr. Szymanowski, um dos seus congressistas polacos, dirigindo ao *Diário de Notícias* uma pequena carta, em que se lê: «... a qual termina com o seguinte paragrafo: "Onde está o meu epigraphe?" Não vou porem de contar os seus detalhes, pois que não vou confundi-los com os de outros autores antigos — e nós temos á constatação que les dirigidos de la presse polonaise de toutes parties de l'ancien Empire. Polonais ne représentent qu'une minorité, c'est à dire, la nation polonaise, qui, malgre qu'elle ait été divisée parmi les états — reste une dans sa totalité.»

Foi da leitura d'esta carta que nasceu a minha poesia.

Venturosos, oh! sim, mil vezes venturosos
Os que lograrem ver da liberdade o sol!
Té estremeirão de jubilo, orgulhosos,
Vossos mortos heroes no funebre lençol.

Alguns jada hão de vir co'as carnes palpitando,
Feridos do martyrio, e de sangue a escorrer;
Porém todos, o olhar aos céos alevantando,
Polonia, bendirão, teu fausto alvorecer.

Se eu pudesse gosar tão esplendido dia!
Mas gosar-n-ha de certo este povo leal,
Que soffreu, como tu, do extranho a tyrannia,
E, como te ergueras, se erguen livre afinal!

Este povo que te ama, e, d'aqui, do occidente,
Te anima e te saudá, o povo portuguez,
É elle que te diz por minha voz de frente:
Espera e serás grande, ó Polonia, outra vez.

Lisboa 20 de Setembro de 1895.

Ramos-Coelho.



AS NOSSAS GRAVURAS

O 5.º CONGRESSO INTERNACIONAL DA IMPRENSA

O congresso da imprensa que acaba de reunir-se em Portugal, honrando com esta sua escolha o nosso paiz, deve produzir evidentemente os seus resultados, sendo talvez o mais util d'elles o tornar o reino portuguez melhor conhecido lá fóra.

Registando este facto O Occidente não se alarga quanto seria para desejar, porquanto nem dez numeros seguidos bastariam para fazer a chronica do congresso e do cordialissimo acolhimento que os congressistas aqui receberam.

A nossa *Chronica* tem referido bastante sobre o assumpto e nós agora apenas faremos uma resenha em extremo succinta.

Para o congresso, inscreveram-se em tempo opportuno, além de 47 damas de diferentes paizes, os seguintes jornalistas: 103 francezes; 27 allemães; 14 ingleses; 26 austriacos; 13 belgas; 8 dinamarquezes; 6 holandezes; 1 hespanhol; 7 americanos; 5 finlandezes; 34 húngaros; 37 italianos; 3 noruegueses; 2 russos; 13 suecos; 4 suíços; 1 representante do Transvaal; 44 portuguezes.

Para a commissão local executiva portugueza, na grande reunião da imprensa realizada em 11 de julho de 1895, na Sociedade de Geographia foram eleitos os seguintes jornalistas:

Presidente — Conselheiro Antonio Ennes.
Vice-presidentes — Sr. A. J. Ferreira da Silva, conselheiro Luciano Cordeiro, P. W. de Brito Aranha, Z. Conselheiro Pedroso.

Secretarios — J. d'Oliveira Ramos, Jayme Victor, D. Luiz de Castro, Marianno Pina.

Thesoureiro — Dr. Alfredo da Cunha.

Delegado do Bureau — Dr. Magalhães Lima.

Vogaes — Abel Botelho, conselheiro A. M. Pereira Carrilho, A. X. Silva Pereira, dr. Eduardo Burnay, dr. Fernando Pedroso, F. Gomes da Silva, F. Teixeira Bastos, conselheiro J. d'Azevedo Castello Branco, J. Fernandes Costa, J. J. Silva Graça, J. V. Andrade Neves, L. Mendonça e Costa, Lourenço Cayolla, Raphael Bordallo Pinheiro.

Foi na reunião do comité de direcção do Bureau central das associações de imprensa realizada em junho ultimo em Heidelberg, que se fixou definitivamente a data de 26 de setembro para o presente congresso, elaborando-se o programma ou ordem do dia das sessões.

A honra da escolha da cidade de Lisboa para local de reunião do 5.º congresso internacional da imprensa correspondeu o paiz inteiro com a mais entusiastica recepção. Durante os nove dias que estiveram entre nós, os congressistas estrangeiros foram alvo das festas ruidosas de que constava o programma.

No dia 26 de setembro, realisou-se a inauguração solenne do congresso, na grande sala Portugal da Sociedade de Geographia.

A sala offerecia um aspecto deslumbrante cheia de luz e repleta de damas e cavalheiros. Ao centro estavam os congressistas e suas esposas, e nas respectivas cadeiras o governo, as comissões do congresso e do centenário, o sequeito real e o corpo diplomatico.

Tendo dado el-rei a palavra ao sr. Wilhem Singer, redactor em chefe do *Neuen Wiener Tagblatt*, de Vienna d'Austria, e presidente do con-

gresso, leu aquelle jornalista a allocução inaugural em francez.

Em seguida a este discurso fallou el rei, tambem em francez, declarando inaugurado o 5.º congresso da imprensa.

N'este mesmo dia, teve lugar á noite a recepção na camera municipal de Lisboa, festa a todos os respetos digna da primeira municipalidade do reino. Distincta e sumptuosa, esta recepção foi elegante e estonteadora pela delicada ornamentação, profusa illuminação, e selecta concorrência.

O sarau, que se prolongou até de madrugada, foi interrompido por um simulacro de incendio que os assistentes observaram das janellas do edificio, apreciando muito o material e organização do nosso serviço e pessoal de incendios.

No dia seguinte, 27 de setembro, teve lugar a primeira sessão plenaria do congresso. Tomou a presidencia o sr. Wilhem Singer, tendo por secretarios os srs. Victor de Taunay e Alfonso de Beraza. Na mesa viam-se ainda o sr. conselheiro Antonio Ennes, presidente do comité local, commendador Romualdo Bonfadini, Jules Claretie, dr. Koch, Albert Bataille, Magalhães Lima, Torelli-Viollier, Ernest Beckman, Carl Carstensen, Thomas Keenan, Jehan Janzon, além de alguns membros do bureau central.

A sessão abriu pela leitura do relatório sobre os trabalhos do bureau, desde o congresso de Stockholm até ao de Lisboa, feito pelo sr. Victor Taunay.

Este trabalho, muito bem elaborado, relata os progressos que, de dia para dia, se tem feito para a solidariedade jornalística e o resultado proficuo que tem tido os esforços empregados por quantos tem tomado a peito todas estas questões da imprensa. Varios pontos do relatório foram coronados de applausos, principalmente os que se referiam ao sr. dr. Magalhães Lima, que tem trabalhado immenso para o bom exito dos congressos da imprensa. Mr. Taunay aproveitou a occasião para fazer quanto penhorados se achavam os congressistas para com as magistrades, por terem inaugurado as sessões do congresso.

Mr. Euler, thesoureiro do bureau, leu tambem o seu relatório e assim terminou a primeira sessão plenaria.

Ao meio dia o um quarto, partir da gare do Rocio o comboio que levava os congressistas a Cintra. De todas as festas que lhes foram offerecidas nenhuma deixou mais gratas impressões do que a encantadora excursão.

A caminho da Pena era estonteante o aspecto da extensa fila de cerca de cem carruagens, fazendo os torcicollos de uma serpente immensa. Era um espectáculo maravilhoso o successivo desdobramento do panorama, á medida que o cortejo ia subindo, as extensas planicies desvalando-se, as villas e veigas ao longe, o mar espumando a algumas leguas na praia das Maças, os blocos de granito inverosimilmente equilibrados, as nutras, os hosques, as flores, o que tudo enchia de admiração e encanto os nossos illustres hospedes.

Depois, chegados ao alto o apinhados, em massa, os congressistas entraram no pittoresco corredor em abobada do castello e começaram a sentir que iam ver uma obra de arte nunca vista. Atravessaram a ponte levadiça e, chegados ao terraço, foram por turnos percorrendo as varias salas e dependencias do edificio, admirando as preciosidades raras e artisticas que enriquecem o palacio.

Foi no recinto do *lawn tennis*, que se serviu o *lunch*. Este, ao ar livre, decorreu no meio da maior animação, trocando-se ao *champagne* vivas e fraternas saudações. O sr. Victor Taunay, jornalista francez, empunhando a sua taça, agradeceu aos portuguezes a sua generosidade, gabando a excellencia dos vinhos e, particularmente, a poesia do passeio. Referiu-se nos laços de sympathia que d'ora ávante ficam existindo entre uns e outros, terminando por dizer que todos os congressistas ficariam para sempre recordando o extraordinario passeio.

Aqui e ali, formavam-se pequenos grupos, ligadas por uma captivante cordelidade, pelos quaes os creados com as bandejas circulavam sempre, servindo o *lunch*, que foi magnifico.

No regresso os congressistas visitaram Monserrate, Setúbal, Estephania e o palacio real de Cintra; admirando n'este ultimo quantas coisas notaveis ali se encerram.

Ao abandonarem a pittoresca villa, conhecia-se bem a magoa com que todos o faziam. Realmente, a excursão mereceu os maiores elogios e foi decerto o numero mais notavel de todo o programma.

No quarta feira 28, teve lugar a segunda sessão do congresso. Lembraremos que os assumptos dados para ordem de discussão eram os seguintes:



SESSÃO INAUGURAL DO 5.º CONGRESSO, NA SALA DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA
(Cópia de photographia do sr. Ventura Ilari da Piedade)



ASPECTO DA NAVE DO PALACIO DE CRYSTAL DO PORTO, ANTES DO BANQUETE
OFFERECIDO AOS CONGRESSISTAS
(Cópia de photographia do sr. Emilio Bie)

5.º CONGRESSO INTERNACIONAL DA IMPRENSA, EM LISBOA



«LUNCH» OFFERECIDO AOS CONGRESSISTAS
PELO SR. A. B. FERREIRA, NA QUINTA DO VESUVIO

(Cópia de photographia do sr. Aurelio da Paz dos Reis)

- a) Tarifas telegraphicas internacionaes. Relator, A. de Beraza (Espanha);
- b) Creação e funcionamento do gabinete internacional dos correspondentes. Relatores M. M. Torelli Viollier (Italia) e Janzon (Suecia);
- c) Propriedade litteraria dos artigos politicos. Relatores: dr. Osterieth (Alemanha) e mr. Albert Bataille (França);
- d) Ensino profissional do jornalismo. Relator, mr. Albert Bataille;
- e) Creação e attribuições de um tribunal d'arbitragem internacional. Relator, mr. Torelli Viollier;

f) Relatorio comparativo das diversas legislações da imprensa. Relatores, mrs. Beraza, Albert Bataille e Osterieth;

g) Creação de cartas de identidade para servir aos jornalistas no estrangeiro. Relator, mr. Victor Taunay.

N'esta segunda sessão, foi pois lido o relatorio c) sobre a *reprodução de artigos politicos*, que levantou acalorada discussão, estabelecendo o congresso as conclusões:



OUTRO ASPECTO DA CASA ONDE FOI SERVIDO O «LUNCH»
NA QUINTA DO VESUVIO

(Cópia de photographia do sr. Aurelio da Paz dos Reis)



O «LUNCH» NO PARQUE REAL DA PENA, EM CINTRA

(Cópia de photographia do sr. Ventura Braz da Fiação)

Primeira — no que diz respeito especialmente aos artigos que tratam de questões políticas, religiosas, económicas ou sociais é reconhecido o direito de citação parcial no interesse da livre propaganda das ideias.

Segunda — o direito de reprodução integral é reconhecido nas mesmas condições, salvo no caso do artigo reproduzido ter a nota de interdito.

Terceira — Os artigos e os extractos reproduzidos deverão ser sempre acompanhados da citação do nome do jornal e, se o artigo for assignado, da citação do nome do autor.

E com a aprovação d'estas conclusões se fechou a segunda sessão, realçando-se depois o passeio a Belém, a ver a Torre e os Jeronymos, seguindo os congressistas depois para o palácio da Ajuda, onde as magestades deram recepção. A noite realisaram-se as illuminações em Cascaes, a que foram assistir os congressistas, excursão que muito agradou.

Na esplanada fronteira á cidadella foi servida uma abundante ceia. O aspecto da formosa bahia de Cascaes excedia tudo o que de grande e surpreendente nós podemos dizer. Illuminada artisticamente, constituia um espectáculo phantastico, deslumbrante, unico.

Numa extensão de mais de tres kilometros, desde o edificio do Casino de Cascaes até ao forte da Poça, no litoral, todos os edificios se achavam illuminaados a espricho, com luzes de variegadas cores, desenhando as linhas dos telhados, das portas e janellas. Assim, no alcantilado da montanha, sobressaíam na illuminação geral, em posições diferentes, os chalets da sr.^a duquesa de Palmella, dos srs. Ornellas e Duque de Loulé, da sr.^a marquesa do Fayal, dos srs. Schroeter, Bernardino Ribeiro, Vianna Garção, Augusto dos Santos, Carlos Anjos e o forte da Poça.

No dia seguinte realiso-se a sessão de encerramento do congresso, sessão memoravel pelas solennas affirmações de agradecimento que ali protestaram os estrangeiros ao paiz que tão carinhosamente os recebeu.

Dada a palavra ao sr. Albert Batille, do *Figaro*, fez este jornalista de principio a fim o seu magnifico relatorio sobre o *Ensino profissional do jornalismo*, sendo por vezes ruidosamente applaudido.

Tomaram parte na discussão do relatorio os srs. Paul Ocker, Clayden, Baraza e Jean Bernard, sendo depois as conclusões d'elle approvadas. Seguidamente, foram distribuidos os trabalhos a discutir no proximo Congresso, e o sr. Torelli-Viollier leu o seu relatorio sobre a instituição de um tribunal de arbitragem internacional.

Votou-se depois por aclamação a reunião do proximo Congresso, em setembro de 1899, em Roma, o que o italiano sr. Emilio Faselli agradeceu n'um discurso em latim.

Encerrando o 5.^o Congresso Internacional da Imprensa, Jules Claretie fez um breve mas brilhante discurso, que foi ouvido no meio da mais profundo silencio, e ao qual responderam Mughães, Lima e Antonio Ennes, em inspirados discursos, sendo de veras notavel pela concisão e conceitos o d'este ultimo.

De tarde a corrida de touros dedicada aos congressistas mereceu lisongeiro sprego.

A sexta feira 30 foi o dia destinado á excursão a Thomar, onde no claustro do convento de Christo se realiso um delicado almoço, visitando depois os congressistas a grande fabrica de fiacao e admirando os lindos panoramas da encantadora povoação nabantina.

A noite teve lugar a recita de gala no theatro D. Amelia, a que concorreram grande numero de congressistas, e onde se representou a bella comedia do nosso chorado director litterario e querido amigo Gervasio Lobato — *O commissario de policia*.

No sabbado 1 de outubro ainda se realiso opasseio fluvial no Tejo e á noite o grande banquete de 400 talheres na vasta sala e palco do Real Theatro de S. Carlos, onde, aos brindes o sr. conselheiro Ennes pronunciou um magifico discurso, habilmente entretecido, que mereceu lisongeiras referencias a todos que o ouviram.

No domingo 2 realiso-se a partida para o Porto, servindo-se o almoço na gare da estação da Pampilhosa, artisticamente ornamentada para esse fim.

No dia seguinte teve lugar a visita aos armazens de Villa Nova de Gaya, a recepção na Bolsa, o passeio a Lixaes, e o banquete de 340 talheres no palacio de Crystal.

A grande cidade do norte do reino foi egualmente lhana e calorosa na recepção dos seus visitantes. Mas onde toda esta serie de festas teve o seu termo primoroso foi na excursão á região vinicola do Alto Douro, e no almoço na quinta do

Vesuvio, offerecido pelo sr. Antonio Bernardo Ferreira, opulentissimo proprietario d'aquella região.



A CASA DO SR. A. B. FERREIRA

(Cópia de photographia do sr. Aurelio da Paz dos Reis)

Na manhã do dia 4 partiu do Porto o comboio dos congressistas e convidados, levando cerca de 400 pessoas. Os estrangeiros ficaram admirados com as regiões minhoas e durianas, que atravessaram, pelos camhões que offereciam.

Em diversas estações da linha ferrea houve saudações. O comboio chegou a quinta do Vesuvio depois de meio dia, tendo os excursionistas recebido festiva não só por parte do sr. Antonio Bernardo Ferreira, filios e genro, como pelos aldeãos que ali appareceram com suas festas caracteristicas.

Após a troca de cumprimentos cordeses, os congressistas e convidados inscreveram os seus nomes em folhas soltas, que constituem uma recordação da visita dos membros do congresso internacional da imprensa.

O lunch foi imponente, sendo muito artisticos os menus distribuidos.

Diversão encantadora a todos os respeito, coroou ella devidamente a requintada hospitalidade de que Portugal deu provas incontestes.

A's festas em honra dos congressistas associaram-se brilhantemente o commercio e a industria demonstrando a sua activa vitalidade.

Se o presente congresso não teve directamente outro fim mais util e mais pratico do que aquelle que spontâneos, o do mais justo conhecimento do nosso paiz por parte da Europa e do mundo inteiro, teve o grande valor de estreitar as relações internacionais, confraternisar a imprensa, essa força poderosa que tanto pode actuar no destino das nações.

O JORNALISMO PORTUGUEZ

(ALGUMAS NOTÍCIAS CURIOSAS)

Datas em que foi introduzida a imprensa periodica em diversos pontos de Portugal e possessões

Lisboa. Em março de 1625 com as *Relações de Severim de Faria*, e novembro de 1631 com as *Gazetas* chamadas da Restauração com o título *Gazeta em que se relatam as novas todas que huerem esta Corte e que vieram de varias partes, etc.*

Porto. Em janeiro de 1749 com o *Zodiaco Lusitano*.

Coimbra. Em 11 de julho de 1808 com a *Miseria Lusitana*.

Funchal. Em 28 de janeiro de 1821 com o *Paizinho Funchalense*.

Goa. Em 22 de dezembro de 1821 com a *Gazeta de Goa*.

Macao. Em 12 de dezembro de 1822 com a *Abelha da China*.

Guimarães. Em 1823 com o *Azeite Vinharanense*.

Angra. Em 17 d'abril de 1830 com a *Chronica da Terceira* (o primeiro jornal publicado nos Açores).

Nomheim. Em 17 de maio de 1831 com o *Mensagero Bomabagense*.

Ponta-Delegada. Em 4, 9 e 29 de maio de 1832 com a *Chronic-a-annuario das Açores* (seguinte da *Chronica-annuario da Terceira*) e em 18 de abril de 1835 com o *Aparição Oriental*.

Faro. Em 15 de junho de 1833 com a *Chronica do Algarve*.

Dimia. Em 18 de julho de 1835 com o *Portuguez em Dimia*.

Braga. Em 12 de setembro de 1837 com o *Boletim do Exército Restaurador*.

Castello-Branco. Em 19 de dezembro de 1841 com a *Sentinella da Liberdade*.

Bragança. Em 15 de setembro de 1845 com o *Pharos Transmontano*.

Aveiro. Em 1 de outubro de 1846 com o *Boletim de Noticias*.

Portalegre. Em 6 de novembro de 1846 com o *Boletim de Portugal*.

Evora. Em 13 de janeiro de 1847 com a *Chronica Evorense*.

Elvas. Em 1847 com o *Periodico Beccatico*.

Vizem. Em 1847 com o *Boletim Noticioso e Politico* e em 15 de outubro de 1853 com o *Vizense*.

Sabugal. Em 1 de julho de 1851 com o *Sabugallense*.

Barcelos. Em 25 d'outubro de 1853 com o *Barqueiro do Cavado*.

Lousa. Em 8 de junho de 1854 com o *Lousense*.

Lamego. Em 12 de novembro de 1854 com o *Echo da Baira e Douro*.

Valença do Minho. Em 17 de novembro de 1854 com a *Razão*.

Vianna do Castello. Em 1 de julho de 1856 com o *Timbre*.

Santarém. Em 13 de novembro de 1856 com o *Santalémense*.

Horta. Em 7 de janeiro de 1857 com o *Incentivo*.

Guarda. Em 1860 com o *Magico* (Trancoso) e em 30 d'abril de 1865 com o *Diario da Guarda* publicado n'aquella cidade.

Beja. Em 3 d'abril de 1860 com o *Bejense*.

Vila-Real. Em 18 de dezembro de 1864 com o *Commercio de Villa-Real*.

Lousa. Em 6 de dezembro de 1866 com a *Civilização da Africa Portuguesa*.

Guilmar. Em 1 de julho de 1877 com o *Africano*.

Cabo Verde. Em 15 de fevereiro de 1879 com o *Correio de Cabo Verde*.

Actuals decannos do nosso jornalismo (por ordem da sua antiguidade)

Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa. Janeiro 1835 (de classe).

O Açoriano Oriental, ilha de S. Miguel, cidade de Ponta Delgada 18 d'abril de 1835 (politico).

Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, Lisboa, Maio de 1836 (orgão de classe).

O Angrense, ilha Terceira, cidade de Angra do Heroismo 23 de Setembro de 1836 (politico).

A Nação, Lisboa 15 de Setembro de 1847 (politico).

O Instituto, Coimbra, (revista scientifica e litteraria) 15 de março de 1852.

Jornal do Commercio, Lisboa 17 de outubro de 1833 (politico).

O Combricense, 24 de janeiro de 1834 (N. B. Continuação do *Observador*. Iniciada em 16 de novembro de 1847).

Commercio do Porto. 2 de junho de 1854.

O Fajalense, (Horta-Açores) 1 de abril de 1857.

A Terceira, (ilha Terceira-Angra) 4 de janeiro de 1859.

Jornal do Porto. 1 de março de 1859.

O Ultramar, (India) 6 de abril de 1859.

Campeão das Províncias. Aveiro: 1 de novembro de 1859.

Archivo Juridico, Lisboa: Janeiro 1860.

O Bejense. Em 3 de abril de 1860.

Voz do Porto, ilha da Madeira-Funchal: 17 de maio de 1860.

India Portuguesa (Nova Goa) em 4 de janeiro de 1861.

A Persuasão. Ponta-Delegada: em 1 de janeiro de 1862.

Religião e Patria (Guimarães) 29 de outubro de 1862.

Commercio de Villa Real. 18 de dezembro de 1864.

Diario de Noticias (Lisboa) 1 de janeiro de 1865.

Diário Popular (hoje *O Popular*) Lisboa: 13 de julho de 1866.
Primeiro de Janeiro. Porto: 10 de janeiro de 1866.
O Noticiário. Valença: 1 de setembro de 1866.

Das Folhas Officiaes

Eis a ordem chronologica do seu apparecimento:
Diário do Governo em 16 de setembro de 1820 numero do qual se fez 2.^a edição em 10 de outubro seguinte qua é o inicio da collecção.
Boletim do Governo do Estado da India em 7 de dezembro de 1837.
Boletim Offical do Governo de Moçom em 5 de setembro de 1838.
Boletim Offical de Cabo Verde em 24 de agosto de 1842.
Boletim offical da Guerra de Angola em 13 de setembro de 1845.
Boletim Offical da Provincia de Moçambique em 13 de maio de 1854.
Boletim Offical de S. Thomé e Príncipe em 3 de outubro de 1857.
Boletim Offical do Governo de Guiné em 8 de fevereiro de 1860.

S. P.

O MAU OLHADO DE PUAS MAIA

(Continuado na numero anterior)

«Quereis divertimento?»
 «Vamos a ver, vamos a ver o que isso vale!» gritavam elles enquanto o ladrão carregava o arcabuz.
 «O diabo me dê firmeza, que vos quero provar o que é ter boa pontaria!»
 E pondo a arma á cara apontou-a ao infeliz frei Damião.
 Todos se calaram, seguindo com a maior attenção os movimentos do atirador.
 Quando se viu n'um perigo tão grande, o frade não se pôde conter mais tempo.
 «Ai! ai!...» gritou elle.
 O ladrão abaixou a arma.
 «Esta é nova!...» exclamou «Quem está ali?»
 Nem um suspiro lhe respondeu.
 «Quem está ali, com miú bombas!»
 Nada de resposta.
 Então o homem levantou um chugo e começou a varejar com elle furiosamente a arvore. Os outros riam a bandeiras despregadas.
 «Vae lá ver, homem!»
 «Dou-lhe mas é um tiro que o rebento!»
 «Não! não! senhor bandido, por piedade!!» exclamou o frei Damião!
 «Quem és tu?»
 «Sou um frade.»
 «Estás só?»
 «Com um companheiro.»
 «Anda cá, que te quero ver o focinho.»
 «Eu antes queria não descer... Deixae-me em paz, por quem sois, senhor bandido!»
 Os bandidos desataram ás gargalhadas.
 «É de boa feição! Temos que rir...»
 O chefe então chegou-se ao tronco.
 «A que ordem pertenceis?»
 «Somos freires de Alcobaça... Bernardos, Senhor.»
 «Ótimo. Toca a descer!»
 «Custo tanto!... Permitti que esperemos ao menos a madrugada. Está escuro, cá em cima...»
 «Eu já te ajudo. Lá por isso não seja a duvida.»
 E começou a trepar.
 «E eu também!»
 «E eu também!»
 A arvore ia se povoando de ladrões e os frades já no alto não sabiam já o que fazer á sua vida.
 «O mau olhar!... o mau olhar!...» murmuravam.
 N'um virote se viram os chão rodeados de homens de má cara que os examinavam curiosamente e riam das suas figuras lastimosas.
 Um d'elles, que parecia melhor do que os companheiros, disse:
 «São pobres, coitados! nada nos podem render... Deixae os em paz!»
 «Elles são pobres» respondeu o chefe «mas a ordem é rica: e os freires de Alcobaça se quizerem tornar a ver estes irmãos hão-de resgatar os com seu dinheiro»
 «E se não resgatarem?»
 O homem pegou n'uma arma e apontou-a aos frades!
 «Pum! pum!» disse elle rindo. «Era um instantel!»

«Jesus! Senhor!» e os dois cahiram nos braços um do outro.
 «Aquelle Fuas, aquelle Fuas! Parece-me que não lhe posso perdoar!»
 «Homens! a gente não vos vae matar já de caminho! Agora vamos para a serra do Minde — e havemos de lá estar antes de nascer o sol. — De lá mandareis recado ao vosso superior dizendo que estaes em poder do Unhas de Fome — que esse é o meu nome» — acrescentou orgulhosamente «e que não tereis liberdade sem um resgate de trinta dobrões que hão-de chegar ás minhas mãos antes do fim do mez. E se assim não fór não respondo pelas vossas vidas.»
 «Faremos o que nos mandas, pois nos tem em teu poder,» respondeu o frei Balthazar. «E já que estamos condemnados a viver um mez na vossa companhia, sejamos amigos.»
 «Desde hontem que não comemos» disse o frei Damião a quem as palavras do companheiro animavam. «Dae-nos de ceiar, se não quereis ver nos morrer de fome!»
 Fizerao nos sentar deante dos restos da vitella que os dois devoraram.
 Enquanto comiam, os ladrões ainda alegres com o vinho, gritaram:
 «Vivam os bons freires de Alcobaça!»
 «E os trinta dobrões que nos hão-de render!»
 Aproveitando-se da grande «oscureza» o frei Balthazar disse rapidamente e em voz baixa ao frei Damião:
 «É preciso levarmos tudo a rir se não quizermos que elles deem cabo de nós. Sempre cara alegre, custe o que custar, irmão!»
 «Está dito, frei Balthazar; eu já tinha pensado o mesmo.»
 E voltando-se para traz com um chifre de vinho na mão, exclamou:
 «Vivam os cavalheiros da Serra do Minde!»
 «Foi um delirio. Os homens entusiasmados dançavam rondas em volta d'elles; queriam levá-los em triumpho. Mas afinal chegou a hora da partida e cada bandido tratou de se pôr em ordem de marcha.»
 «Vamos rendidos com o peso das nossas armas» disse o Unhas de Fome com uma gargalhada. «Os frades que nos ajudem a levá-las; de caminho vão armados também.»
 Fizerao n'os trepar para cima de mulas e afivelando-lhes á roda do corpo, largos e pesados cintos, enfiaram n'elles adagas e navalhas.
 Os dois frades pareciam arsenaes armados até aos dentes, semelhavam bandidos de estranha especie.
 O frei Balthazar henxeu-se ás escondidas e o frei Damião murmurou:
 «O que diria o Geral se nos visse agora!»
 Por matagais e descampados e por densos pinhaes cominharam cinco horas sem descanso.
 Esta interminavel jornada detrejava os pobres frades coitados, pouco habituados a cavallarias.
 De vez em quando ouvia-se o grito dos homens animando as bestas e alguma gracoia perdida em n'os atrevidores que pareciam não ter fim.
 Os frades já muito molidos e desengonçados com o chouto das mores, amaldiçoavam de si para si a hora em que se tinham embrenhado no sobreiral. Mil vezes preferiam a pancadaria do moleiro áquelle insupportavel marcha forçada.
 Afinal chegaram á serra do Minde, a uma grande caverna onde os saltadores se reuniam e onde guardavam os seus roubos.
 Tiveram então que desmontar os dois irmãos de Alcobaça, pois iam com as pernas tão entorpecidas que por si já se não podiam mexer. Os ladrões deitaram n'os para cima de uns montes de pasto e para ali os deixaram dormir á regala da.
 Quando acordaram, d'ahi a muitas horas, já o sol de novo desaparecera. Levantaram-se, fracos, doridos e com bastante fome.
 «Frei Balthazar... Ai, frei Balthazar!»
 «Nada de tristezas! É preciso alegria. Porque se os bandidos se enfiarem connosco... Pum! pum!... Bem o sabeis, frei Damião...»
 «Se o sei» suspirou tristemente o mais novo.
 N'isto ouviram passos e vozes e o frei Damião com medo que o achessem semiahorão, murmurou:
 «Por Deus! um sandango, frei Balthazar!»
 E quando os ladrões chegaram, viram os frades um em frente do outro, arregaçando os habitos e pulando como uns possessos.
 «Muito bem!» exclamaram os homens rindo a bom rir. «Assim é que se quer... E' folgar, e folgar!»
 Depois, o Unhas de Fome entregou ao frei Balthazar um pergaminho e obrigou-o a escrever ao superior do convento pedindo o resgate conforme elle lhe dissera na vespera.
 «E agora» disse elle. «E' esperar pelo dinheiro

com paciência até ao fim do mez. E olhae, que eu não quero mandriões. Todos os dias hoveis de limpar a caverna e fazer-nos o comer.»
 E então começou para os prisioneiros uma existencia má de trabalho constante e de privações.
 Corria o tempo. Dos seus enormes ventres nada existia. A barba já crescida dava-lhe um falso ar de bandidos de contrabando mascarados...

(Continua)

Gl.

OURO ESCONDIDO

NOVELLA ITALIANA DE SALVATORE FARINA

(Continuado do numero anterior)

XXIV

No quarto do Frederico entrava o ar por duas janelas, abertas de par em par, e com o ar, o sol que animava as mariposas e os cupidinhos pintados nas paredes.
 O Frederico jazia vestido sobre a cama, com a cabeça d'alto, encostada a tres almofadas sobre postas; cobria-lhe a testa um lenço branco e tinha os olhos fechados; a respiração igual e tanque, porém, claramente dizia que não estava a dormir.
 O Romulo, que estava sentado á cabeceira da cama, quando ouviu ruido, voltou-se, viu a Amalia e aproximou-se d'ella, mas nos bicos dos pés.
 — Está melhor; salvou-se; diz seu pai que deve ter fortes dores de cabeça; elle, porém, de nada se queixa, não me disse uma palavra e apenas abre os olhos, ás furtadellas; está com vergonha; quando lhe vou mudar o lenço molhado em agua fria, suspira, para me agradecer; e mais nada, é bom como um anjo.
 Callou-se d'improviso o Romulo, e indicando á donzella o descondo rosto do enfermo:
 — Ora observe — murmurou em voz muito baixa — está nos escutando... Na realidade, o Frederico dobrára um pouco a cabeça, para melhor ouvir o que á roda d'elle diziam. Retrocederam os dois em bicos de pés, e foram para no pé da janella mais afastada.
 — Quando o trouxemos para aqui — proseguia o Romulo — proferiu uma palavra unica: a carta. Delirava, sem duvida — De que carta quereria elle fallar? Sabe se receberia alguma?
 — Escreveu uma ao engenheiro — respondeu a Amalia.
 Debruçando-se na janella, por acaso, viu assomar á porta que ficava por baixo um papel dobrado; continha poucas linhas escriptas o papel, e sem embargo, o engenheiro, encuberto pelo vão da porta, invertiu longo tempo na leitura. Por ultimo, saiu do esconderijo, e, quando atravessou por diante da casa, ergueu os olhos; assim que viu o joven e o velho, perturbou-se e tentou esconder a carta.
 A Amalia e o Romulo olharam um para o outro sem dizer palavra.
 — Demora-se aqui um bocadinho? — Se não, mando chamar o Joaquim. Vou fallar com o Enésio, quero saber...
 — Vá — disse a Amalia — que eu fico...
 — Nunca fludo... não é bom deixal-o sosinho, não vá elle lembrar-se d'outro disparate... Que a menina pode estar desenganada... verá que nem sequer abre os olhos... Eu volto já.
 A Amalia ficou como que aturdida, á janella. Viu que o Romulo abraçava o engenheiro e que se afastavam ambos por uma rua do jardim, de braco dado; depois voltou-se, deu um passo na direcção do leito e deteve se, perturbada... O Frederico fitava-a intensamente, com os olhos muito abertos.
 — Senhor Frederico — balbuceou.
 — Minha Senhora!
 — Como se sente?
 — Agora, melhor; sinto muito peso na testa, um peso enorme, uma montanha...
 — Quer que lhe mude o lenço?
 — O Frederico não respondeu, e ella, que pouco a pouco ia serenando, desempenhou a piedosa occupação com delicadeza de enamorada enfermeira. O enfermo, ao sentir o contacto frio do lenço, deu um fundo suspiro.
 Sentou-se a Amalia á cabeceira; não sabia o que dissesse; sob o olhar doce e melancolico do Frederico, sentia-se coacta, outra vez.
 — Veja se dorme — lhe disse — deve-lhe fazer bem... quer que vá cerrar a janella?
 — Não, não, gosto de ver a luz; gosto de ouvir

falar baixinho; diga-me alguma coisa; seja o que for... muito devagar, escuta o hei!...

Este capricho do doente fez sorrir a Amalia, que não sabia modo de o satisfazer, eis se não quando, entra o Joaquim, em bicos de pés. Frederico fechou immediatamente os olhos e voltou a estar imóvel, como d'antes.

— Menina — disse o velho — o seu papá chama-a.

— Ah! o papá! E como está elle?

— Melhor.

— Eu vou já.

O enfermo, porém, tornava a abrir os olhos, e a Amalia, instinctivamente, acrescentou:

— Eu volto já.

Ergueu-se sem fazer bulha e saiu acompanhada pelo olhar do mancebo.

O pae esperava a; tinha fitos os olhos na porta, e apenas a viu entrar, sorriu-se e acenou-lhe que se aproximasse. Como se fôra coisa d'ante mão combinada, a Tranquilina apartou-se da cabeceira do marido, foi ao encontro da filha, beijou-a, sem fallar, na testa, e sahio.

— Menina — disse o dr. Roque, assim que agarrou c'o a mão manca as duas mãos da Amalia — menina — és valente? Não tenhas medo, responde-me — és valente?

— Posso dizer-te que?

A menina, porém, mesmo sem saber do que se tractava, entrou a tremer, e o dr. Roque interrompeu-se para continuar em tom raiugento, mas nem por isso menos carinhoso.

Que vem a ser esse tremor? Eu terei cara que meia medo a alguém?

Tenho uma coisa a dizer-te... mas se te pões a tremer.

— Dize: não tremo... vês?

— Dir-te-hei: por que deves subel-a: esta noite... minha filha... não te assustes, que é tolice; esta noite tive um...

— Que foi, que tiveste, papá, o que foi?

— Tive um pesadello — murmurou o doutor, renunciando a confidencia preparada e agarrando-se á primeira invenção que lhe occorreu para emendar a sua inepcia: — um sonho, um sonho péssimo.

— Um sonho apenas?

— Pois já se vê... Ah! o não vas julgar que... as sete vacas gordas e as sete magras... Nos sonhos falla tal-vez... Tu sabes quem é que falla nos sonhos... sabes?

— Eu não — respondeu, a rir, a Amalia.

— Muito bem... assim é que eu gosto — que te rias. Como lumbos pois dizendo, sonhei que hei de morrer breve, ri-te!... o que, sem duvida, significa, que nunca hei de morrer... ri-te!

— A Amalia não ria.

— E, em vespas de deixar este mundo, sabes tu, filha minha, o que me acabrunhava?

A joven fixava, com tenacidade, nos lençoes os olhos arrastados de lagrimas.

— Acabrunhava-me a ideia de não ter logrado obter a continuação da minha filha; de ter vindo ao mundo, unicamente, por sua causa e de a não ter deixado... feliz.

— Mas, papá, eu sou feliz!

— Não ha tal. Mas vamos ao caso: tu não amas o engenheiro Enéas?

— Disse que havia de casar com elle!

— Casarás com elle, mas não lhe tens affecto — e sabes como isso se chama? — Aqui, acenou o doutor a voz e acrescentou, em falsete: — chama-se uma acção má!

Notando, porém, que a phrase, dita d'aquelle modo, não surtira effecto, repetiu-a na sua voz natural e com ligeira variante.

— Uma acção ruim.

Ria contrafeita a Amalia e disse:

— Essa ideia tam bem te occorreu em sonhos?

— E outra ainda, queres que t'a diga?

A Amalia não respondeu.

Pois viu dizer-lhe: accorreu-me que, ao contrario, estás apaixonada por...

— Veiu tapar-lhe a bocca um beijo.

— Nega-o se te atreves, já que comecaste a mentir, continua.

A Amalia não negou, mas poz-se a chorar. O maturo do doutor Roque abraçou-a, deixou que desabastasse e, d'alli a nada, disse:

— Ora ouve, enquanto eu viver não se hão de fazer taes disparates; mandemos passear o engenheiro e casemos com o outro... Estamos de accordo?

— Prometti... balbuceou a Amalia.

— Em assumptos d'estes não significa coisa nenhuma uma promessa; para os arrendamentos, ha prazo; para as vendas, ha, por vezes, a invalidação e a «lesão enorme», para o casamento, porém, não ha remedio; só se desfaz com a morte, e os tribunales d'este molino mundo são muito capazes de não ver a «lesão enorme», no acto de casar um engenheiro com uma rapariga como tu. Assim, pois, és livre como o ar.

A Amalia não respondeu, abanou, porém, deneativamente a cabeça.



M.^{me} CARNOT — FALLECIDA EM 1 DO CORRENTE

— E então, disse que sim, e hei de casar.

— Não foste tu que o disste — mas sim eu — disse o doutor tentando ainda insistir.

— E eu tambem.

— Pois alha! sabes o que farei: morrer mais cedo, e á hora da morte...

A Amalia, porém, interrompeu-o com uma accia.

— Escota — proseguiu o doutor — e se fosse o engenheiro que não quizesse!...

— E' isso, papá, é inutil.

— Sempre es muito teimosa... Calla-te, vai-te embora... e deixa o caso por minha conta...

— Não lhe digas nada, papá: não queiras que eu morra de vergonha.

— Dá licença? — perguntou, de fóra, a voz do engenheiro.

— Pode entrar, — gritou o Roque.

E já a donzella estava nos hambahes da porta; permutou com o noivo um olhar triste e um leve sorriso, e, muito á pressa, disse-lhe:

— Não acredite uma palavra do que o papá lhe disser.

— Obrigado — respondeu, melancólico, o engenheiro, e apertou a mão da Amalia, aquella moçoinha delicada e morbida que elle na vespas es-

tivera a pontos de metter na algibeira como coisa muito sua.

(Continua.)

Pin-Sel.

NECROLOGIA

MADAME CARNOT

Foi com dolorosa surpresa que soubemos da morte da illustre dama, a saudosa viuva do malogrado e illustre presidente da republica da França mr. Sadi-Carnot. Desde muito tempo que a esta senhora prestavamos respeitosa homenagem. Boa, sympathica e instigante, a desditosa viuva merecia de todos uma vivissima estima pelas suas virtudes. O golpe do assassinio de seu marido achou em toda a Europa um echo consolador, que, embora pungentissima fosse a sua pena, essas demonstrações de condolencia lhe deram um suave balsamo ás suas tristes circumstancias.

Não partilhara impunemente sete annos de vida official com seu marido, d'essa vida, em que os deveres de um tão elevado cargo não ás vezes bem penosos e peizados. A perda do esposo querido quasi que foi a perda completa de toda a sua ventura. Mas como mãe amantissima, logo que se viu affastada do bulicio do Elyseo, concentrou a nobre senhora em seus quatro filhos todo o seu amor, toda a sua actividade.

No lugar supremo a que o destino a elevára, madama Carnot soubera tornar-se credora dos respetos e homenagens que a sua bondade e gentileza lhe tinham grangeado na sociedade, e de uma sympathia cuja recordação será eternamente saudosa para todo o bom francez.

Quando aqui registámos o assassinio do grande presidente Carnot, tambem dispensámos algumas palavras a sua esposa, esperando que Deus lhe concedesse a necessaria revanção para minorar sua dor. E esse voto, que uma extranha sympathia nos impulsionou a fazer, parece que foi ouvido, terminando agora a bondosa senhora o seu luto e a sua dor na terra.

Porque a vida sem ventura, a existencia entre recordações amarisimas é condição triste que o exercicio de virtudes excellas não pode dulcificar.

Madame Cecilia Carnot pertencia a uma das familias a que a França mais deve. Em 1848, seu pae, o illustre economista Dupont White, fôra o activo secretario do ministerio da justiça, cargo espinhosissimo em uma epocha tão agitada.

Ha uns quatro mezes que madame Carnot se encontrava no seu castello de Presla, em Ferté-Aillais, quando subitamente a morte a roubou o quanto a adoravam. Morte feliz aquella em que o espirito e o corpo mal experimentaram a agonia; morte invejavel e propria de um coração puro a quem a sorte avara concede apenas esse favor.

Desde a morte do esposo amado, que Madame Carnot se retirara completamente da vida publico, onde de repente um golpe tão forte a alanceára. D'esse recolhimento expressivo de uma dor immensa, apenas uma excepção a infeliz senhora se permitiu de abrir, recebendo a visita do imperador da Russia e de sua esposa, por occasião da sua viagem a França, pois que os dois imperantes manifestaram vehementes desejos de cumprimentarem a desditosa viuva do illustre presidente.

Descance, pois, em paz a bondosa senhora, o quem Deus se apressou em conceder o justo premio das suas dores na vida terrena, chamando-a a desfructar as bemaventuranças eternas.

E. P.

Reservados todos os direitos de propriedade artistica e litteraria.